

POLÍTICA SOCIAL E PROJETO ÉTICO-POLÍTICO PROFISSIONAL DOS ASSISTENTES SOCIAIS : Relação histórica contraditória.

Adinari Moreira de Sousa¹
Alcinélia Moreira de Sousa²
Maria Stella Pereira Accioly³

Resumo: Este breve artigo pretende analisar como o Serviço Social brasileiro problematizou a política social em sua construção histórica enquanto profissão. Enfoca a análise das origens, sua institucionalização enquanto profissão a partir de sua inserção profissional nos espaços sócio-ocupacionais e a construção do projeto ético-político profissional nos anos 80. Qual a concepção de política social presente no projeto profissional contemporâneo, cujo fundamento reside na análise crítica da sociedade capitalista. É importante ressaltar que as políticas sociais são importantes mediações para o exercício profissional comprometido com a luta pela ampliação dos direitos sociais numa perspectiva de emancipação humana. É nesta perspectiva em que o código de ética profissional de 1993 inscreve a política social.

Palavras chaves: política social, direitos sociais, projeto ético-político.



Abstrat: This brief article intends to analyze how the Brazilian Social problematized the social policy in its historical construction as a profession. Focuses on the analysis of the origins, its institutionalization as a profession from their employment in the socio-occupational spaces and the construction of the ethical-political professional in the 80s. What this conception of social policy in contemporary design professional, whose foundation lies in the critical analysis of capitalist society. It is important to emphasize that social policies are important for professional mediation committed to expanding the fight for social rights in the perspective of human emancipation. It is this perspective that the code of professional ethics of social policy forms 1993.

Keywords: social policy, social, ethical and political project.

¹ Estudante de Pós Graduação. Universidade de Brasília - UnB/ Universidade Estadual do Ceará - UECE.
adinarisousa@gmail.com

² Mestre. Universidade de Brasília - UnB/ Universidade Estadual do Ceará – UECE.

³ Mestre. Universidade de Brasília - UnB/ Universidade Estadual do Ceará – UECE

1. INTRODUÇÃO

A profissionalização do Serviço Social se deu a partir da crescente intervenção do estado capitalista nos processos de reprodução e regulação social tendo as políticas sociais públicas como mediação fundamental para a execução do trabalho profissional do Assistente Social. No entanto, a relação do serviço social com as políticas sociais deu-se de formas históricas contraditórias. Por vezes, tendo uma postura de ignorar seus conceitos e no entanto sendo funcional à ordem e por outro, negando-a, como uma importante mediação do exercício profissional e por isso, contraditória. Assim é no contexto de criação do projeto ético-político profissional, que tem no que se denominou , congresso da virada em 1979 , sua gênese, que as políticas sociais terão uma nova abordagem teórica que fundamentará as ações profissionais no exercício profissional, bem como em suas estratégias políticas.

analisar como as políticas sociais historicamente permearam o serviço social brasileiro , qual a concepção teórica presente nestas abordagens e com o serviço social brasileiro na contemporaneidade em seu projeto-etico-politico profissional aborda as políticas sociais é o objetivo deste breve artigo.

2- ANÁLISE HISTÓRICA DA RELAÇÃO DO SERVIÇO SOCIAL COM AS POLITICAS SOCIAIS

A conexão entre política social e serviço social está presente na própria institucionalização da profissão, surgida através da intervenção estatal pela via da modernização conservadora do projeto político getulista dos anos 1930. O Estado impulsiona a profissionalização dos assistentes sociais através de um mercado de trabalho nacional, posto pela política social ⁴neste período, com a criação em 1946 da

⁴ Conforme (Netto, 2001, p 30) A política social só terá uma intervenção contínua na era do capitalismo monopolista. "E a política Social do Estado burguês no capitalismo monopolista(e, como se infere desta argumentação, só é possível pensar-se em política pública na sociedade burguesa com a emergência do capitalismo monopolista), configurando a sua intervenção contínua, sistemática, estratégica sobre as seqüelas da questão social, que oferece o mais canônico paradigma dessa indissociabilidade de funções econômicas e políticas que é própria do sistema estatal da sociedade burguesa madura e consolidada. Através da política social, o estado burguês no capitalismo monopolista procura administrar as expressões da



Legião Brasileira de Assistência (LBA) ; Os Institutos de Aposentadorias e Pensões (IAPS) e o SESC, SENAI, SESI. A contradição fundamental residia na falta de problematização ausente na formação e nos seio dos debates na categoria sobre a temática da política social. Muito embora com ressalta Netto(1991), estes profissionais estivessem sendo executores terminais das políticas sociais.

A introdução da Política Social enquanto temática nas pautas profissionais do Serviço social Brasileiro (BEHRING,BOSCHETTI 2006) dar-se nos anos 70 em plena ditadura militar, com o vícios característico deste período: tecnocrático, com ênfase no planejamento e nos programas sociais.

As políticas sociais brasileiras tem sua origem no estado getulista, período da gênese e institucionalização do Serviço Social, nascendo com características ainda hoje presente: a cultura do não direito, do clientelismo, paternalismo e destinadas prioritariamente aos trabalhadores urbanos inseridos no processo de regulação salarial. É o caso dos Institutos de Aposentadoria e pensões, (IAPS), que se destinavam à categorias específicas e não eram responsáveis somente pela política previdenciária, mas a habitacional e a saúde. Assim, os trabalhadores rurais , maioria da população brasileira, e os trabalhadores urbanos sem carteira assinada, não tinham qualquer tipo de proteção social. O Estado, estrategicamente irá atender à questão social⁵ posta pelo processo de urbanização, crescimento das classes sociais urbanas, através das políticas sociais como respostas para a reprodução social das classes trabalhadoras nas cidades.

A ampliação das políticas sociais para outros sujeitos irá somente se reverter no período da ditadura militar no final dos anos 60 e início dos anos 70, onde os IAPS irão se unificar em INPS(1967) e em 71 , a criação do FUNRURAL , uma espécie, mesmo que precária, diferenciada dos trabalhadores urbanos, de um tipo de aposentadoria rural de meio salário mínimo aos trabalhadores rurais e a incorporação dos autônomos e empregados domésticos como segurados da previdência social. Vale ressaltar que as

questão social de forma a atender as demandas da ordem monopólica conformando, pela adesão que recebe de categorias e setores cuja demandas incorpora, sistemas de consenso varáveis, mas operantes.

⁵ Por questão social entendemos o conjunto dos problemas políticos, sociais e econômicos que o surgimento da classe operária impôs no curso da constituição da sociedade capitalista. Assim, a questão social está fundamentalmente vinculada ao conflito entre capital e trabalho (Cerqueira Filho, 1982, p. 21) Ou como ressalta lamamoto, (in lamamoto e Carvalho, 1983, p. 77) "A questão social não é senão as expressões do processo de formação e desenvolvimento da classe operária e de seu ingresso no cenário político da sociedade, exigindo seu reconhecimento como classe por parte do empresariado e do Estado. É a manifestação, no cotidiano da vida social, da contradição entre o operariado e a burguesia."



políticas sociais brasileiras não nasceram sob o princípio da universalidade e sua ampliação se deu em períodos ditatoriais tanto no estado novo (1937 a 1945), como no período da ditadura militar (1964-1979), sob forte centralização política, ausência da participação social dos trabalhadores em sua gestão e planejamento, configurando-se mais uma proposta do Estado para proporcionar a adesão das classes subalternas ao Estado ditatorial.

É nos anos 70 que o Brasil acelera o processo de urbanização e industrialização, intensificação do fordismo, para alargar as bases de acumulação do capital, criando uma classe média consumidora, modernizando a agricultura, ampliando o setor de serviços e estruturando um conjunto de políticas sociais, tendo como objetivo humanizar as relações sociais do capitalismo e integrar a política social à economia. Tal proposta era abrir novos espaços para a expansão do capital do que caminhar na direção do bem estar da população. Nesta conjuntura os Assistentes sociais irão se organizar para rever sua metodologia e sua teoria com a finalidade de adequá-las às políticas sociais da ditadura militar.

É no primeiro seminário de teorização do serviço social, ocorrido em Araxá em março de 1967 que os assistentes sociais formularam sua concepção sobre a política social, (Documento de ARAXÁ, 1967 P 70 E 71.)

Conceito de Política Social: Esta consiste numa tomada de posição face aos problemas de subsistência, desenvolvimento harmonioso do homem (indivíduos, grupos e comunidades) segurança e equilíbrio sociais, consubstanciada em um sistema e num instrumental técnico-administrativo para sua efetivação. Neste sentido cabe ao Serviço Social contribuir para o equacionamento dos problemas de bem-estar social (em suas dimensões locais, regionais e nacionais) e a formulação de diretrizes da política social.

É, portanto no documento de Araxá (1967) e Terespólis(1970), O que Netto(1991) denominou de modernização conservadora que encontraremos as primeiras abordagens teóricas do Serviço Social com relação a temática da política social, basicamente permeada da visão tecnocrática e pragmática, funcionalmente benéfica à ordem burguesa ditatorial.

Assim o Serviço Social levou quase três décadas para perceber seu vínculo estrutural com as políticas Sociais. No entanto, a concepção crítica sobre as Políticas Sociais dar-se-á somente nos anos 85, com a introdução do pensamento de Gramsci,



onde irá ser criticada a visão meramente instrumental do Estado⁶ e a teoria do engodo que restringia à Política Social como estratégia do Estado burguês para dominação/cooptação dos trabalhadores e obter a docilidade do movimento operário popular, configurada na concepção de Altusser.

A era ditatorial gerou a maior concentração operária no ABCD paulista, com a introdução do fordismo à brasileira, acirrando as contradições sociais e impulsionando a radicalização da questão social. Neste aspecto surge um movimento social organizado, liderado pelas grandes greves do ABCD paulista, que impulsiona a contestação ao regime militar, aliado a outros movimentos de base social contestadores à ordem, como os movimentos urbanos, estudantis. Emerge uma sociedade civil complexa, uma classe trabalhadora organizada com uma agenda de luta por uma sociedade democrática de diretos, materializada na constituição de 1988. Parcela dos assistentes sociais passam a participar nestes movimentos sociais, no que Netto (1991) identificou com uma identidade política com os de baixo. São estes profissionais que impulsionarão a crítica à ditadura militar no congresso da virada em 1979. Isso impulsionará uma revisão crítica nos fundamentos do serviço social brasileiro que será materializada na revisão curricular de 1982., posteriormente na construção do código de ética de 1986 e sua revisão em 1993.

2.1. sobre o projeto ético-político profissional dos assistentes sociais

O projeto ético-político profissional trata-se de uma projeção coletiva que envolve sujeitos individuais e coletivos. Isto porque na vida social existem projetos individuais, coletivos e societários, como observa Netto (1999, p. 95).

Os projetos profissionais apresentam a autoimagem da profissão, elegem os valores que a legitimam socialmente, delimitam e priorizam os seus objetivos e funções, formulam os requisitos (teóricos, institucionais e práticos) para o seu exercício prescrevem normas para o comportamento dos profissionais e estabelecem as balizas da sua relação com os usuários de seus serviços, com as outras profissões e com as organizações e instituições sociais, privadas e públicas (entre estas

⁶ A concepção de Estado em Gramsci será fundamental para a análise das políticas sociais como uma relação de forças sociais em confronto na luta permanente das classes trabalhadoras por direitos na conquista da contra-hegemonia. " O grupo dominante exerce a hegemonia através da sociedade civil e a dominação direta através do Estado e do seu governo jurídico. A Classe dominante conquista o consentimento para a sua dominação social através da hegemonia na sociedade como um todo, porém exerce a dominação através do controle dos aparelhos coercitivos do Estado. O Estado é o complexo das atividades práticas e teóricas com a qual a classe dominante não somente justifica e mantém a dominação como procura conquistar o consentimento ativo daqueles sobre os quais governa. O Estado é a sociedade política mais a sociedade civil, a hegemonia armada de coerção. (Carnoy,1988, p. 99)



também e destacadamente o Estado, ao qual coube, historicamente o reconhecimento dos estatutos profissionais).

Para falarmos do Projeto ético-político do serviço social pressupõe compreendermos os projetos societários. Estes estabelecem mediações com as profissões na medida em que ambos têm estratégias definidas em relação ao atendimento das necessidades sociais com direções ético-políticas determinadas. Assim, os projetos societários podem ser conservadores e transformadores. Os conservadores servem para afirmar a ordem social vigente, já os transformadores, suas táticas e estratégias estão vinculadas à transformação da ordem social capitalista. Neste contexto, o projeto ético-político está vinculado á projetos sociais transformadores.

Na reflexão do termo ético-político profissional muitas são as interpretações advindas de posturas políticas distintas. Aqui destaco a contribuição de Ramos, (2002, p.92) que fundamentada na análise gramsciana analisa esta denominação:

(...) a denominação ético-político, presente no projeto profissional, não se fundamenta em uma visão mecanicista, como se o projeto tivesse condições para ocupar o lugar de um projeto societário. O termo projeto ético-político profissional expressa a existência, neste projeto coletivo, de uma nítida dimensão ética, na medida em que evoca os profissionais de Serviço Social para refletirem sobre os valores e desvalores que orientam suas ações. Ao fazer isto, este projeto vincula-se à defesa de determinadas valores e princípios éticos identificados com a busca da emancipação humana.

Assim, o projeto ético-político profissional está vinculado ao projeto de transformação da sociedade. Nossa ação profissional tem uma dimensão política, que ao atuarmos no movimento contraditório das classes sociais acabamos por imprimir uma direção social às nossas ações profissionais que favorecem a um ou outro projeto societário. Como ressalta Braz (2005, p.02), nas diversas e variadas ações que efetuamos como plantões de atendimento, salas de espera, processos de supervisão ou planejamento de serviços sociais, das ações mais simples às intervenções mais complexas do cotidiano profissional, nelas mesmas embutimos determinada direção social entrelaçada por uma valoração ética específica, que exprimem ações que favorecem interesses sociais distintos e contraditórios.



O projeto ético-político profissional tem uma direção social clara e explícita no princípio⁷ que determina a opção por um projeto profissional vinculado ao processo de construção de uma nova ordem societária. O que nos remete, como ressalta Mustafá (2003, p. 62)

O projeto ético-político do serviço social não se propõe, portanto a ser um projeto redentor. A profissão de serviço social, ou melhor, os profissionais de Serviço Social têm uma direção social que lhes fornece a consciência do caráter contraditório que caracteriza a profissão, na sua interconexão entre o capital e o trabalho, bem como das impossibilidades de alcançar o telos de uma nova ordem social sem a conexão com um projeto societário que aglutine os interesses da classe trabalhadora.

É consenso dos estudiosos desta temática ser nos anos 1990 a consolidação deste projeto que explica a nossa maturidade profissional através da consolidação das pós-graduações, que ampliam a produção de conhecimentos nesta direção; A consolidação das organizações através das entidades ABEPSS, ENESSO, CEFESS/CRESS e os fóruns deliberativos. É no anos 1990 que há um crescimento expressivo da produção de conhecimentos e a participação numérica de assistentes sociais.

Reafirmar os princípios deste projeto, fortalecendo nossas entidades organizativas, construindo coletivamente estratégias políticas e profissionais que estejam sintonizadas com o mesmo, bem como a sintonia com alguns projetos coletivos contrários à ordem neoliberal vigente, sinaliza nossa resistência e afirmação de nossos princípios construídos coletivamente em conjunturas também adversas. Como ressalta Drummond: “eu tropeço no possível, e não desisto de fazer a descoberta do que tem dentro da casca do impossível”.

⁷ Os princípios que fundamentam o projeto ético-político estão consolidados no código de ética profissional de 1993, quais sejam: a liberdade como valor ético central que implica autonomia, emancipação e plena expansão dos indivíduos sociais; Defesa intransigente dos direitos humanos e recusa do arbítrio e do autoritarismo; Ampliação e consolidação da cidadania, considerada como tarefa primordial de toda sociedade, com vistas à garantia dos direitos civis, sociais e políticos da classe trabalhadora; Defesa e aprimoramento da democracia, enquanto socialização da participação política e da riqueza socialmente produzida; Posicionamento em favor da equidade e da justiça social, que assegure universalidade de acesso aos bens e serviços relativos aos programas e políticas sociais, bem como sua gestão democrática; Empenho na eliminação de todas as formas de preconceito; Garantia do pluralismo; Opção por um projeto profissional vinculado ao processo de construção de uma nova ordem societária; Compromisso com a qualidade dos serviços prestados à população e como aprimoramento intelectual, na perspectiva da competência profissional.



2.2. O PROJETO –ETICO-POLITICO ; Um novo olhar par as políticas sociais?

O projeto ético-político está essencialmente vinculado ao projeto de transformação da sociedade. Sua ação profissional tem uma dimensão política, que ao atuarmos no movimento contraditório das classes sociais acabamos por imprimir uma direção social às nossas ações profissionais que favorecem a classe social que vive do trabalho.

O código de 1993, se configurou como fruto das experiências elaboradas e refletidas da categoria dos assistentes sociais, tendo como função assegurar e redimensionar o significado dos valores e compromissos ético-profissionais na operacionalização cotidiana do trabalho dos assistentes sociais, sintonizados com o que pretendemos e qual a finalidade de nossas ações profissionais, avaliando a legitimidade, a validade das mesmas. O código de 1993, instituído pela resolução CFESS nº 273/93 de 13 de março de 1993 e publicado no Diário Oficial da União, nº 60 de 30.03.93, coroou a construção do projeto ético-político profissional dos assistentes sociais.

Este Código trás um outro olhar para as políticas sociais porque coloca como princípio: a ampliação e consolidação da cidadania, considerada tarefa primordial de toda sociedade, com vistas à garantia dos direitos civis, políticos e sociais das classes trabalhadoras. ; Posicionamento em favor da equidade e da justiça social, que assegure universalidade de acesso aos bens e serviços relativos aos programas e políticas sociais, bem como sua gestão democrática; Compromisso com a qualidade dos serviços prestados à população e com o aprimoramento intelectual, na perspectiva da competência profissional.

Compreendendo cidadania para além da proposta de T. H. Marshall que em seu ensaio cidadania, classe social e status(1967), conclui que cidadania são os direitos civis, políticos e sociais que historicamente foram sendo concedidos á sociedade , constituindo o status de igualdade extensivo a todos os indivíduos sociais. (Abreu, 2008, p. 282.)

A cidadania , portanto, supõe uma espécie de igualdade social básica, que se articula às desigualdades sociais e econômicas e se afirma sobre estas. Em outros termos a cidadania se sobrepõe às desigualdades da sociedade de mercado, à divisão social e



econômica da sociedade de classes. A tese de Marshall é a de que a cidadania representa esse princípio de igualdade que, ao ser reconhecido e compartilhado como norma e procedimento regulador da sociedade, dilui a influência e a auto-identificação das classes.

Uma nova concepção de cidadania consiste na universalização dos direitos sociais, políticos e civis, o que requer a socialização da participação política com aprofundamento da democracia e a luta pela socialização da riqueza socialmente produzida.

(...) A ampliação da cidadania - esse processo progressivo e permanente de construção dos direitos democráticos que caracteriza a modernidade - termina por se chocar com a lógica do capital. Mas o que esse processo de ampliação também nos demonstra é que não se deve conceber esse choque, essa contradição entre cidadania (ou democracia) e capitalismo, com algo explosivo, concentrado em um único ponto do momento. Trata-se de uma contradição que se manifesta como um processo: processo no qual o capitalismo primeiro resiste, depois é forçado a recuar e fazer concessões, sem nunca deixar de instrumentalizar a seu favor (ou mesmo suprimir, como atualmente ocorre) os direitos conquistados. Coutinho, 1997, p. 158-159).

Neste sentido, a concepção de política social presente no código de 93, explicito em seus princípios, é resultado das relações complexas e contraditórias entre Estado e sociedade no âmbito das relações de classes e no processo da produção e reprodução do capitalismo, garantindo ganhos aos trabalhadores porque impõe limites ao capital. Assim para analisarmos a política social num enfoque dialético:

(...) precisamos considerar alguns elementos essenciais para explicar seu surgimento e desenvolvimento. O primeiro é a natureza do capitalismo, seu grau de desenvolvimento e as estratégias de acumulação prevalentes. O segundo é o papel do Estado na regulamentação e implementação de políticas sociais, e o terceiro é o papel das classes sociais. Nessa direção, não se pode explicar a gênese e desenvolvimento das políticas sociais sem compreender sua articulação com a política econômica e a luta de classes. É imprescindível analisar aspectos centrais da política econômica como índices de inflação, taxas de juros, taxas de importação/exportação, distribuição do produto interno bruto nos orçamentos das políticas econômica e social, grau de autonomia do estado na condução da política econômica, acordos assinados com organismos internacionais, grau de acumulação da riqueza socialmente produzida, de modo a mostrar seus efeitos sobre a conformação das políticas sociais. (BEHRING, BOSCHETTI 2006 p.44)

3. Considerações finais

A Concepção crítica da política social está sintonizada com a gênese do projeto ético-político profissional onde passou-se a perceber seu caráter contraditório, porque ao



mesmo tempo que representa um concessão do Estado também representa ganhos dos trabalhadores na luta contra o capital. Marx, em sua análise das leis fabris de 1864 na Inglaterra já concebia esta lei, como uma concessão penosamente arrancada ao capital.

Assim a política social é um resultado de relações complexas entre Estado e sociedade, no âmbito de classe e no processo de produção e reprodução do capitalismo, daí sua impossibilidade de assegurar justiça social e equidade, porque a mesma não é a solução para erradicar a desigualdade, fruto da organização social e econômica capitalista. Em tempos neoliberais de desmonte dos direitos sociais da quebra da vinculação entre política social e direitos, contenção dos gastos sociais, e assistencialização das políticas sociais é fundamental a luta pelas políticas sociais universalistas e não focalistas, enquanto possibilidade de ampliação da democracia, conjugada com a luta pela emancipação humana.

4. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABREU, Aroldo. Para além dos direitos. Cidadania. e hegemonia no mundo moderno. Rio de Janeiro, UFRJ, 2008.

BEHRING, Elaine Rossetti. *Política social no capitalismo tardio*. São Paulo: Cortez, 1998.

_____. *Brasil em contra-reforma: desestruturação do Estado e perda de direitos*. São Paulo: Cortez, 2003.

_____. Trabalho e seguridade social: o neoconservadorismo nas políticas sociais. In: BEHRING, Elaine R.; ALMEIDA, Maria Helena T. (Org.). *Trabalho e seguridade social: percursos e dilemas*. São Paulo: Cortez, 2008.

BEHRING, Elaine R.; BOSCHETTI, Ivanete. *Política social: fundamentos e história*. São Paulo: Cortez, 2006.

BARROCO, Maria Lúcia. *Ética e Serviço Social – Fundamentos Ontológicos*. São Paulo: Cortez, 2001.

_____. Os Fundamentos sócio-históricos da Ética. In: *Capacitação em Política Social e Serviço Social*. Módulo II. Brasília: CFESS, ABEPSS, CEAD, UnB, 2000.

_____. *Ética Fundamentos sócio-históricos*. São Paulo: Cortez, 2008.

BONETTI, Dilséa A. et al. *Serviço Social e Ética: Convite a uma nova práxis*. São Paulo: Cortez/CFESS, 1996.



BOSCHETTI, Ivanete. Seguridade Social e Projeto ético-Político do Serviço Social: Que direitos para qual cidadania?. In: *Revista Serviço Social e Sociedade* n.º 79. São Paulo: Cortez, 2004.

_____. Previdência e Assistência: uma unidade de contrários na seguridade social. Universidade e Sociedade. *Revista da ANDES-SN*, Brasília, ANDES-SN, n. 22, 2000.

_____. Seguridade social e projeto ético-político do Serviço Social: que direitos para qual cidadania? *Serviço Social e Sociedade*, São Paulo, v. 79, p. 108-132, 2004.

BRAZ, Marcelo. A hegemonia em xeque. Projeto ético-político do Serviço Social e seus elementos constitutivos. In: *Revista Inscrita* n.º 10. Brasília: CFESS, 2007.

_____. O governo Lula e o Projeto ético-político do Serviço Social. In: *Revista Serviço Social e Sociedade* n.º 78. São Paulo: Cortez, 2004.

BARBALET, J. M. A cidadania. Lisboa. Estampa, 1989.

CFESS. *Código de Ética do Assistente Social*, 3ª ed. Brasília, 1997.

_____. *Lei de Regulamentação da profissão* n.º 8662/93. 3ª ed. Brasília, 1997.

COUTINHO, C. N. Notas sobre cidadania e modernidade. In revista praia vermelha, n.º 01 Rio de Janeiro, UFRJ, 1997.

CARNOY, Martin. Estado e Teoria Política. Rio de Janeiro. Papyrus.1998.

IAMAMOTO, Marilda V. *O Serviço Social na Contemporaneidade: trabalho e formação profissional*. São Paulo: Cortez, 1998

_____. *Serviço Social em tempo de capital fetiche: Capital financeiro, trabalho e questão social*. São Paulo: Cortez, 2008.

MARX, Karl. *O Capital: crítica da economia política*. São Paulo: nova cultura, 1985.v.1.t.1.

MARSHALL, T H. Cidadania, classe Social e status. Rio de Janeiro, zahar,1967.

NETTO, José Paulo. A construção do projeto ético-político do Serviço Social frente à crise contemporânea. In: *Capacitação em Serviço Social e Política Social*. Módulo 1. Brasília: CFESS, ABEPSS, CEAD, UnB, 1999.

_____. Das ameaças à crise. In: *Revista Inscrita* n.º 10, Brasília: CFESS, 2007.

_____. Ditadura e Serviço Social. São PAULO, cortez, 1991.

PEREIRA, A. P. Potyara. Necessidades Humanas. (subsídios à crítica dos mínimos sociais). 2ª edição, São Paulo: Cortez, 2002.



_____. HELLER, Agnes. O Cotidiano e a História. Rio de Janeiro: Paz e terra, 1989.

HARVEY, David. *Condição pós-moderna*. São Paulo: Loyola, 1993.

RAMOS, Sâmya R. A Construção de Projetos Coletivos: Refletindo Aspectos do Projeto Profissional do Serviço Social. In: *Revista Temporalis*, Pernambuco: ABEPSS, 2002.